

COMISSÃO DE TRABALHO
REQUERIMENTO Nº , DE 2025
(Dos Srs. Leonardo Monteiro PT/MG e Alencar Santana – PT/SP)

Requer a realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e da Comissão de Trabalho (CT), para debater o tema: "Novas Relações de Trabalho e o Papel do Judiciário", no contexto do fortalecimento da Justiça do Trabalho.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, para debater o tema "Novas Relações de Trabalho e o Papel do Judiciário".

Para a discussão deverão ser convidados (as):

- Flávio Dino, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF);
- Luiz Philippe Vieira de Mello Filho (Godinho), Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- Valdir Florindo, Presidente do TRT da 2ª Região (SP);
- Presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho);
- Presidente da ANMPT (Associação Nacional do Ministério Público do Trabalho);
- Representante da OAB ou da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas;
- Deputado Estadual Simão Pedro, do Estado de São Paulo;



- Samanta Gazeli, Coordenadora da Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União);
- José Aristeia, Presidente do Sindiquinze (Sindicatos dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região);
- Thiago Duarte Gonçalves, Presidente da Aojustra (Associação dos Oficiais de Justiça e Avaliadores Federais da Justiça do Trabalho da Segunda Região).

JUSTIFICATIVA

A realização desta audiência pública se impõe diante dos profundos desafios enfrentados pela Justiça do Trabalho e pelo sistema de proteção social brasileiro.

Nos últimos anos, o país vem atravessando mudanças estruturais nas relações de trabalho, marcadas pelo avanço da informalidade, pela expansão do trabalho mediado por plataformas digitais e pela crescente fragilização dos vínculos empregatícios. Esse cenário acarreta maior vulnerabilidade dos trabalhadores e sobrecarga do Poder Judiciário Trabalhista, que permanece como instância essencial para assegurar direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

Ao mesmo tempo, setores organizados vêm promovendo ataques à Justiça do Trabalho, questionando sua existência e reduzindo recursos destinados ao seu funcionamento. Tal ofensiva, ao invés de modernizar a estrutura judiciária, ameaça a garantia de direitos sociais, conquista histórica da classe trabalhadora e cláusula pétrea da ordem constitucional.

A audiência permitirá ouvir representantes do Judiciário, Ministério Público, advocacia, entidades de classe e movimentos sindicais, criando um espaço plural de reflexão e formulação de estratégias em defesa da Justiça do Trabalho. Busca-se, ainda, que o debate aponte encaminhamentos concretos, como a implantação de um Fórum Permanente em Defesa da Justiça do Trabalho ou a criação de uma Frente Parlamentar específica, com estrutura de apoio que assegure sua efetividade.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos(as) nobres pares para aprovação deste requerimento.

Brasília (DF), setembro de 2025.



LEONARDO MONTEIRO
Deputado Federal – PT/MG

ALENCAR SANTANA
Deputado Federal – PT/SP

Apresentação: 12/09/2025 17:59:47.573 - CTRAB

REQ n.102/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255183040800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leonardo Monteiro

